



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 16/2010

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às quatorze horas e quinze minutos, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: José Marly dos Santos Brando, Carlos Alberto Rodrigues Machado, Adivandro Rech e Mariane Travi Ceconello conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos, Edson João Adami Mano e Vladimir Borges Duarte. O Conselho Fiscal do IPAM-Saúde foi convidado a participar desta reunião e, estavam presentes os Conselheiros Jairo Simão Lima Jacobsen, Angelo Alberto Barcarolo e Marcos Antonio da Silva. A reunião foi iniciada pelo Presidente do Conselho, Sr. Brando, agradecendo a presença do Sr. Marcos, Presidente do Conselho Fiscal. Brando entende que são importantes essas reuniões conjuntas, dos Conselhos Gestor e Fiscal, visando a troca de informações. Falou que sempre que recebeu questionamentos por parte do Conselho Fiscal, na qualidade de Presidente do Conselho Gestor, fez os encaminhamentos para os setores ou áreas afins que pudessem responder de acordo com o que é solicitado e peticionado pelos Conselheiros do respectivo Conselho. Brando comentou sobre a assessoria que o Dr. Rachid Miguel tem realizado, tanto na área do FAPS como no IPAM-Saúde e sobre as alterações propostas na Lei duzentos e noventa e oito e trezentos e vinte e cinco, entre outros assuntos. José Carlos esclareceu que o que vem para a mesa para discussão é o que passa pelo Conselho, ou seja, posições individuais não são debatidas. Marcos agradeceu o convite e falou que o Conselho Fiscal ficou prejudicado em virtude de estarem sem o contingente humano, entre agosto e setembro do ano passado, pois tanto os elementos do Sindicato quanto os elementos da administração não estavam integrados no conselho. Marcos achou importante colocar este relato porque isso acabou culminando, neste momento, numa sobrecarga para o Conselho, pois apesar de não estar andando naquele período, o volume de entrada continuou enorme. Vladimir levantou a questão do custo muito alto que é praticado pela nossa Farmácia, nos medicamentos. Para Angelo são duas questões basilares a serem debatidas. Uma é o artigo dezenove que é uma preocupação na medida do ingresso de novos dependentes, pois o fator compensação não está acompanhando, além de que é uma situação onde será mexida com as garantias dos servidores. A outra situação diz respeito à Farmácia que não está mais atendendo a sua finalidade de criação. Ele acrescentou que se a legislação não conseguiu abranger todas estas necessidades, nós temos que ir implementando e melhorando em conjunto. Na opinião do Mano, a situação da saúde é bem delicada por ser um plano compartilhado e que o artigo 19 é uma pauta que tem que ser bem discutida. Segundo Marcos, os gastos com os hospitais e com o artigo dezenove são elevadíssimos. Conforme ele os integrantes do Conselho Fiscal estão elaborando um documento mais conciso que será encaminhado para o Presidente do Instituto e para o Presidente do Conselho Gestor. Mariane solicitou que fique registrada sua preocupação com os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas e pelo Conselho Fiscal a bastante tempo. Para Vladimir a grande preocupação quando se fala em hospitais é a fiscalização e o que tem que ser discutido é a gestão, a gestão da farmácia e a gestão da própria previdência. Segundo José Carlos, quando entrou na Prefeitura o plano de saúde era estável e o IPAM pagava as pensionistas. Além de que tínhamos e ainda temos, o pessoal que está doente, que está enquadrado no artigo dezenove, e que nenhum plano dá a cobertura que nosso dá. Comentou que no ano de mil novecentos e noventa e sete, o Sindicato entregou o antigo artigo cento e oitenta e um, atual dezenove, e que hoje ta pesando porque todo o custo passou direto para o servidor público. Outro acontecimento importante foi, em dois mil e um, quando saiu do caixa da saúde vinte e cinco milhões para a Previdência. No que se refere a Farmácia do IPAM para José Carlos não é novidade, pois consta na ata de número cinco, de mil novecentos e noventa e sete, que a então aposentada, que foi expulsa do Sindicato, Sra. Marinês Soares, cobrava em mil novecentos e noventa e sete os problemas com a Farmácia do IPAM. Ele pontuou que os assuntos que são encaminhados tem repercussão financeira e política e devem ser bem discutidos e resolvidos com muita seriedade e responsabilidade, sob pena de perder o plano de saúde. Ele comentou que corremos o risco que alguém apareça e faça uma lei que acabe com o plano porque muitas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

As pessoas defendem que temos que ir todos para o SUS. Adivandro falou que a palavra gestão é uma expressão que está em voga há muito tempo e, que todo mundo fala em gestão, que isso ou aquilo é problema de gestão, ou seja, tudo é problema de gestão. Mariane comentou que não tem problema nenhum em rever o artigo dezenove, as consultas e tudo o que precisar, mas que têm que ser tomadas medidas firmes. Mano questionou sobre os hospitais, pois uma das sugestões que foi dada em outra reunião se refere à realização de uma tabela única a ser praticada pelas Instituições. Comentou que existe uma diferença muito grande de valores entre os hospitais. Sendo que a divergência maior de valores é com o Hospital Saúde. Ele falou que temos um problema sério em relação a hospital na cidade, sendo que o maior problema é a falta de leitos, que é muito sério. Acrescentou que, hoje, noventa por cento dos servidores preferem a internação no Hospital Saúde e, se ele for descredenciado os servidores não vão se internar mais lá. Sua preocupação é de que diminuirá leitos. Mano questionou como ficará esta situação com a categoria. Para ele a Farmácia tem que ser avaliada, e que queira ou não queira ela dá um lucro de mais ou menos um milhão por ano e, esse valor vem para o IPAM. Falou que mesmo com o desconto alguns medicamentos estão um pouco acima do mercado, mas não são todos, boa parte continua mantendo com o desconto algumas vantagens. Brando informou que o Conselho, através do que prevê a lei, está abrindo credenciamento para outras farmácias e com isso estamos propiciando que o servidor tenha um custo menor do que é praticado pela nossa farmácia. Mariane esclareceu que em relação aos hospitais a idéia era ter uma tabela máxima, na hotelaria e em alguns procedimentos, do valor que o IPAM poderia pagar e, caso o servidor quisesse pagar a diferença ficaria a sua escolha. Mano demonstrou preocupação no que se refere ao segurado pagar diferença da tabela, pois os médicos, os anestesistas, os laboratórios também irão cobrar a diferença, o que onerará muito para os servidores. Jairo comentou que num primeiro momento ia defender a divulgação dos valores praticados pelos hospitais, mas acredita que isso irá propiciar o efeito contrário, pois muitos pensaram: "lá é mais caro então eu vou lá porque deve ser melhor o atendimento". Brando esclareceu que um dos problemas, da tabela diferenciada, no caso do Hospital Saúde e do Círculo, são especialidades e procedimentos que são diferenciados. Carlos informou que os hospitais estão se especializando em determinadas áreas. Hoje, por exemplo, o top de linha em traumatologia e ortopedia é o Hospital Pompéia; em coração é o Círculo. Ele acredita que se a gente fechar o cerco a pessoa não vai ter essa liberdade de escolha. José Carlos acrescentou que outro problema que teremos será a diminuição de leitos oferecidos aos usuários. Carlos ressaltou que em função destas situações a visita ao IPE é muito importante e, que assim que este encontro for agendado irão buscar subsídios de como é que aquela instituição trabalha com os hospitais a nível de Rio Grande do Sul. Mano falou que a nível de Porto Alegre porque o IPE na capital tem um atendimento e no interior é outro bem diferenciado, ou seja, Porto Alegre tem o atendimento e o resto do estado só ajuda a pagar a conta. Marcos comentou que o que está sendo cobrado é o sucesso e o sucesso do plano depende de ações efetivas, ações rápidas. Para ele existe muita discussão e pouca ação. Adivandro concorda com o Marcos que a cobrança vem, e é forte, pois as pessoas perguntam o que está acontecendo. Elas sabem que está sendo trabalhado na Lei e a pergunta é essa: "o que vão tirar", o que é totalmente aceitável estes questionamentos tendo em vista que as pessoas confiam que a gente vai fazer um trabalho e que, o mesmo vai ter reflexo no nosso próprio momento de servidor. Reforçou que todos os conselheiros estão com a mesma função e não adianta só apresentar o problema porque o momento é de apresentar soluções. Para Mariane somos colegas e não queremos que o plano vá a falência, mas temos divergência na forma de conduzir o Conselho Gestor. No seu entendimento não adianta tomar só medidas paliativas. Ela relacionou algumas hipóteses de solução de problemas existentes, que são: a questão de uma maior fiscalização e o credenciamento de outros hospitais; a questão da Farmácia do IPAM, que não se tem um controle de como são feitas as compras, e, também a questão do artigo dezenove. Brando pontuou que estão sendo tomadas providências, como por exemplo, as órteses e próteses, que foi uma situação levantada, que estava gerando demandas judiciais. Outra situação apresentada são as remoções, que humanamente, economicamente, financeiramente é impraticável. Além de que já foi apontada no parecer da Procuradoria, pois não tem amparo na legislação. O problema consiste em encontrar uma solução que não prejudique nem o usuário nem o plano. Mano lembrou de algumas discussões, com os próprios membros do governo, referente a defesa que ele fazia porque entendia que a alíquota que seria cobrada do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**

servidor poderia ser reduzida. Salientou que, na verdade, quem acabou conseguindo o aumento da alíquota para sete ponto sete por cento, e ele dá os méritos por isso, foi o ex-Presidente do Instituto, Sr. Roberto Bolsoni. Ele comentou que em relação ao artigo dezenove, na época, artigo cento e oitenta e um, foi deixado para uma possível revisão. Mano acrescentou que após teve a inclusão dos dependentes das mulheres que é justo e merecido e, ele foi um dos poucos adendos que defendeu a inclusão porque se o servidor tem o direito de incluir a sua mulher, não importa qual seja, a primeira, a segunda, a terceira ou a quinta, a mulher também tem o direito de incluir o marido e, a limitação da contribuição de dois servidores municipais e até mesmo o teto. Estas situações reduziram valores. Brando argumentou que está sabendo agora sobre essa informação de que a Administração juntamente com o Sindicato entendeu que em tempo futuro o artigo dezenove deveria ser trabalhado, sendo já faz três anos que a Lei está em vigor. Mano entende que a necessidade mais urgente era a aprovação do plano. Falou que vários servidores entraram na justiça e que alguns ganharam para sair fora do plano, pois existe a questão da obrigatoriedade. Para ele não iria inviabilizar se fosse opcional, mas o plano ficaria prejudicado para o futuro. Bando comentou que ao longo de dois anos da Comissão Paritária, trabalhou-se com uma evasão de até dez por cento dos associados. Mano esclareceu que a Comissão Paritária foi que deu sustentação ao plano porque depois da Lei pronta é fácil fazer as adequações, além de que ela trabalhou em cima das despesas. Brando agradeceu a presença dos colegas do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal, na pessoa do Marcos. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

Mano
Bando
Marcia Araujo
Brando